



Eixo: Questão agrária, urbana, ambiental e serviço social.
Sub-eixo: Ênfase na questão agrária.

CESTA CAMPONESA DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS: UMA ESTRATÉGIA NA ALIANÇA CAMPO CIDADE POR SOBERANIA ALIMENTAR

MAIARA BATISTA DA SILVA¹

Resumo: Essa comunicação objetiva relatar a experiência da “Cesta Camponesa de Alimentos Saudáveis”, desenvolvida por um projeto de extensão junto ao Movimento dos Pequenos Agricultores, no Rio de Janeiro. Iniciada em 2015, é uma atividade de distribuição de alimentos saudáveis, que visa contribuir para a valorização do campesinato e o estabelecimento de laços de solidariedade entre trabalhadores urbanos e camponeses. Situa-se no bojo da construção de mercados alimentares alternativos, e o estudo tem a intenção de compreender como a estratégia tem contribuído à geração de trabalho e renda de famílias assentadas de Nova Iguaçu e ao fortalecimento da organização camponesa.

Palavras-Chave: Campesinato; Cesta Camponesa; Soberania Alimentar; Agroecologia.

Resumen: Esta comunicación tiene por objeto relatar la experiencia de la "Cesta Campesina de Alimentos saludables", desarrollada por un proyecto de extensión junto al Movimiento de los Pequeños Agricultores, en Río de Janeiro. Iniciada en 2015, es una actividad de distribución de alimentos saludables, que pretende contribuir a la valorización del campesinado y el establecimiento de lazos de solidaridad entre trabajadores urbanos y campesinos. Se sitúa en la discusión de la construcción de mercados alimentarios alternativos, y el estudio tiene la intención de comprender cómo la estrategia ha contribuido a la generación de trabajo y renta de familias asentadas de Nova Iguaçu y al fortalecimiento de la organización campesina.

Palabras claves: Campesinato; Cesta Campesina; Soberanía Alimentaria; Agroecología.

1. INTRODUÇÃO

Esse artigo é inspirado em um interesse antigo pelo tema, que ganha materialidade a partir da minha inserção em um projeto de extensão universitária, em 2016. O projeto busca ampliar a relação entre universidade e questão agrária através de ações que fortaleçam o campesinato e a

¹ Estudante de Graduação. Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: <maiara_spma@hotmail.com>

agroecologia, e desde 2015 realiza assessoria ao Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Cabe ressaltar que se trata de uma pesquisa de trabalho de conclusão de curso (TCC) em andamento, logo, algumas das questões aqui apresentadas ainda estão em desenvolvimento. Na impossibilidade de apresentar resultados concretos da investigação, serão expostos processos e dados da experiência da cesta camponesa a partir do acúmulo na extensão e percepções segundo o avanço da pesquisa bibliográfica que está sendo realizada.

A "Cesta Camponesa de Alimentos Saudáveis" é uma experiência do MPA, junto ao projeto de extensão realizada em bairros do município do Rio de Janeiro e em Niterói. Trata-se de uma estratégia política econômica de consolidação da aliança campo cidade por Soberania Alimentar². Iniciada em 2015, a atividade tem o intuito de distribuir alimentos saudáveis a população, de forma a eliminar o atravessador e contribuir para a valorização do campesinato e o estabelecimento de laços de solidariedade entre trabalhadores urbanos e camponeses.

Esta iniciativa está situada no bojo da construção de mercados alimentares alternativos, no contexto contemporâneo das novas relações de consumo e produção. É ainda uma parte do que o movimento social camponês entende como a construção de um sistema de abastecimento popular de alimentos, por meio de estratégias locais que permitam a aproximação dos camponeses aos trabalhadores urbanos, tendo o alimento como mediador.

² “O conceito de Soberania Alimentar nasce de um contraponto do conceito de Segurança Alimentar estabelecido pela FAO, pois compreende-se que um povo para ser livre precisa ser soberano e essa soberania passa pela alimentação. O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), assim como a Via Campesina Internacional, compreende que Soberania Alimentar é o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, que garantam o direito à alimentação a toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses de produção, de comercialização e de gestão, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental. Para além disso, é um direito que os povos têm a produzir seus próprios alimentos.” Disponível em: <http://mpabrasil.org.br/soberania-alimentar-deve-ser-debatida-pelo-conjunto-da-sociedade/>. Acesso em 20/06/18.

A intenção da investigação é compreender qual o impacto que a experiência da cesta camponesa tem produzido nas cerca de vinte e cinco (25) famílias residentes no assentamento São Bernardino, na região de Tinguá, município de Nova Iguaçu. A busca por apreender as formas de produção e comercialização utilizadas por essas famílias para sua reprodução social e econômica faz parte do esforço de assessoria que o projeto de extensão se propõe a desempenhar. É também uma preocupação profissional, à medida que a compreensão da questão agrária na realidade brasileira torna-se fundamental para a apreensão das particularidades de nossa formação e do entendimento desta como base da “questão social” no Brasil.

Importa do mesmo modo captar em alguma medida se o trabalho conjunto realizado na cesta camponesa tem contribuído para o fortalecimento da organização do movimento camponês, neste caso, o MPA. Este não se encontra distante do universo de criminalização e violência que sofrem os movimentos do campo no Brasil e nem da difícil possibilidade de se organizarem em uma conformação societária que tem como lógica hegemônica o agronegócio.

O artigo está organizado em três partes. A primeira trará uma análise do chamado movimento de deslocalização do sistema alimentar e as iniciativas que emergem desafiando esses parâmetros. Estas aproximam agricultores e consumidores em sistemas diversificados de produção e comercialização de produtos e são tratadas como um processo de re-localização alimentar (PREISS; MARQUES, 2015). Mercados alternativos, sistemas curtos, mercados aninhados, são também algumas das teorizações acerca desse processo que serão apresentadas brevemente. A segunda parte trata do contexto e experiência da Cesta Camponesa durante esses três anos de desenvolvimento, explicitando fases do processo, dados e princípios acerca do trabalho; e a última contará com um sucinto resgate da história do município de Nova Iguaçu e do assentamento São

Bernardino, enquanto base de organização social e política do MPA e assessoria do projeto, bem como das famílias que ali residem.

2. DESLOCALIZAÇÃO E RE-LOCALIZAÇÃO ALIMENTAR

A história da alimentação é marcada por ao menos três grandes mudanças: o desenvolvimento da agricultura e da domesticação de animais, que permite a estocagem de alimentos e o planejamento das colheitas em função das transformações climáticas; o intercâmbio de alimentos, animais, plantas, hábitos, entre os povos de diversos continentes, o chamado “intercâmbio colombiano”; e a recente alteração produtiva que insere a comida processada como um paradigma nos hábitos alimentares da sociedade.

O alimento que antes tinha como origem a produção agrícola situada a poucos quilômetros de distância, com especificidades quanto a variedade dependendo de local e épocas do ano, hoje é encontrado a qualquer momento e em qualquer lugar, advindo de terras distantes. Essa mudança é resultado de um reordenamento social e econômico produzido no pós guerra, que tinha como meta a erradicação da fome e da pobreza.

Sob o conceito de modernização e globalização da agricultura e buscando uma produção de alimentos baratos e em quantidade, os países centrais exportarão ao mundo seus modelos e consolidarão um cenário de deslocalização do sistema alimentar a nível mundial (PREISS; MARQUES, 2015). Este consiste na alteração da dieta e de hábitos alimentares de uma grande parcela da população ao se popularizarem produtos de fácil preparo e padronizados, além de um distanciamento geográfico entre os espaços de

consumo e produção. A referência local e cultural dos alimentos vai se perdendo e torna-se possível consumir alimentos independentemente do local ou estação do ano.

Isso só é possível pelo incentivo maciço ao uso de insumos químicos (fertilizantes e agrotóxicos) e maquinários que esse processo de integração a indústria obriga, passando a agricultura a fornecer matéria prima para a produção de alimentos ultra processados. Estes, à medida que precisam

resistir a longas distancias até chegar ao seu ponto de consumo, são acrescidos de uma quantidade enorme de gorduras, açúcares e sódio. A ingestão desses ultra processados, os produtos químicos utilizados na produção e os transgênicos formam um combo altamente prejudicial à saúde da população em geral, com o crescimento de obesidade, diabetes, alergias e canceres.

Essa transformação atinge de forma crucial os camponeses, pois cria “um contexto de alta dependência de insumos externos e especialização produtiva, significando, em muitos casos, endividamento junto às instituições bancárias” (PREISS; MARQUES, 2015, p. 271). Além daqueles que sequer possuem condições para se adequar a essa lógica, evidentemente os mais pobres, sem-terra. Vale lembrar ainda que adaptar-se ao modelo significa estabelecer relações de dependência com o mercado de insumos, o que se choca com uma importante característica da agricultura camponesa que é a busca e consolidação de autonomia produtiva.

A chamada liberalização da agricultura (PREISS; MARQUES, 2015) consolidará o que Friedman e McMichael (1989) qualificam como um Terceiro Regime Alimentar,

caracterizado pelo oligopólio das corporações agroalimentares, pela globalização das cadeias de proteína animal, pela crescente vinculação entre os mercados de petróleo e alimentos, bem como pela expansão das redes de varejo (supermercados) como espaço de comércio. (PREISS; MARQUES, 2015, p. 272)

Os preços agrícolas nesse regime tornam-se generalizadamente mais baratos e somados ao aumento dos custos de produção, faz com que os agricultores tenham rendas cada vez mais baixas. O baixo retorno econômico está relacionado à redistribuição de valores entre uma série de intermediários envolvidos na cadeia de abastecimento (PLOEG, 2009). O trabalho realizado pelos camponeses torna-se cada vez mais desvalorizado e as relações sociais presentes no alimento vão aos poucos sendo minadas, pois a lógica dominante aprofunda o distanciamento entre os que consomem e produzem, como se não houvesse qualquer tipo de trabalho humano naquele alimento facilmente

encontrado no supermercado. Uma outra face do mesmo processo é o encarecimento dos preços dos produtos aos trabalhadores.

O alimento enquanto mercadoria não precisa necessariamente servir a uma alimentação adequada das pessoas ou ser produzido em condições justas, mas sim a possibilidade de extração de mais valor e lucro e de valorização do capital.

As consequências desse modelo altamente destrutivo, porém, vão sendo percebidas e gerando reações. Os efeitos na saúde humana e no bem estar animal, os impactos ambientais, além de uma série de escândalos alimentares desencadeiam uma crescente desconfiança em relação aos alimentos e emergem movimentos que desafiam os parâmetros impostos, tanto em relação à forma de produção quanto ao consumo. A agroecologia e o *slow food* são alguns dos exemplos.

Iniciativas que buscam aproximar agricultores e consumidores “em sistemas diversificados de produção e comercialização de produtos diferenciados (e.g. locais, agroecológicos, justos, solidários, etc.)” (PREISS; MARQUES, 2015, p. 274) tem emergido e sendo tratadas por estudos das últimas duas décadas como um processo de re-localização alimentar. Preiss e Marques aludem que o tema vem sendo tratado sobretudo na literatura europeia e norte americana de forma diversa e atrelado a outros debates³.

Cruz (2012) a partir de um trabalho de Maria Fonte (2010), explica que há dois processos relacionados a re-localização. Um refere-se ao caso de países que tiveram um processo de industrialização e modernização da agricultura mais intensos, em que perdeu-se conhecimentos locais e relações sociais. Neste caso a atuação dos movimentos contemporâneos é no sentido de “reconectar” com determinados processos sociais e produtos. O segundo

³ Ela citam “a virada da qualidade (GOODMAN, 2003), os processos de certificação e a determinação de origem (FONTE, 2008 e 2010), as redes alimentares alternativas (RENTING, MARSDEN e BANKS, 2003; BRUNORI, ROSSI e MALANDRIN, 2010; STAR, 2010) e a politização do consumo (LAMINE, 2005; PORTILHO, 2008, 2009 e 2010; SHERWOOD et al., 2013).” (PREISS; MARQUES, 2015, p. 275)

diz respeito a regiões em que a modernização foi menos intensa então “as iniciativas em curso não necessariamente implicam "reconectar", mas sim reconhecer, valorizar e legitimar práticas e modos de produção, conhecimentos e relações de proximidade presentes nessas regiões" (CRUZ, 2012, p. 21 *apud* PREISS; MARQUES, 2015, p. 275).

Cunhando o termo de iniciativas colaborativas de compras, as autoras Potira Preiss e Flavia Marques traçarão as características de uma série de ações no mundo e no Brasil que fazem parte desse universo de disputa da lógica hegemônica. É curioso perceber que não se tratam de um fenômeno isolado. Acontecem praticamente ao mesmo tempo em vários lugares do mundo e há experiências bastante longevas e consolidadas. A pesquisa demonstrou que esses grupos organizados no Brasil não possuem uma identidade comum, e se apresentam a partir de uma variedade de denominações, redes, coletivos, grupos, sistemas, entre outros. Em relação as concepções,

solidariedade, agroecologia, ecologia, consumo responsável, integração campo e cidade são alguns dos valores expressos pela pluralidade de agendas envolvidas nas iniciativas brasileiras. Importante ressaltar que, mesmo distintos, tais valores não são de forma alguma contraditórios

Foram identificados até abril de 2015 pelas pesquisadoras a atuação de 46 iniciativas, em 33 cidades brasileiras. Segundo o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) há em seu mapeamento 413 feiras orgânicas e 32 grupos de consumo responsável, como classificam, no Brasil.

Todas esses movimentos, com algumas divergências estão sendo tratados teoricamente também como circuitos curtos de comercialização de alimentos, mercados alternativos e mercados aninhados. Conforme Guzzatti et al. (2014, p.366-367 *apud* DECOOX; PRÉVOST, 2010)

Circuito curto é o modo de comercialização de produtos agrícolas que busca o estabelecimento de relações mais diretas entre agricultores e consumidores. Circuito curto pode acontecer com a venda direta do produtor ao consumidor e também pela venda indireta, na condição de que haja apenas um único intermediário.

Para Ploeg (2016) os mercados aninhados são aqueles que estão no interior de mercados mais amplos. Eles são parte dos grandes mercados, mas diferenciam-se quanto as suas dinâmicas, suas inter-relações, formas de governança, diferenciais de preço, mecanismos de distribuição e impacto geral. Para ele “a justaposição e conexão de muitos desses mercados, que estão aninhados no – e, portanto, confinados ao – local, podem prover uma real alternativa ao mercado geral como este se constitui atualmente.” (PLOEG, 2016, p. 36).

Na mesma direção Preiss e Marques (2015) afirmam essas iniciativas enquanto um movimento de contra tendência alimentar, não isolado e que torna questionáveis as noções de globalidade e modernidade como homogeneizantes. “(...) Este movimento tem contribuído fortemente para estabelecer um novo paradigma para a produção e distribuição de alimentos e seu consumo”. (PREISS; MARQUES, 2015, p.296 *apud* STAR, 2010).

3. A CESTA: CONTEXTO E EXPERIÊNCIA

O MPA por meio do Plano Camponês por Soberania Alimentar, que se constitui como uma proposta que afirma o campesinato como sujeito político e apresenta uma série de ações que traduzem os objetivos do movimento - a saber a produção de comida saudável e uma vida de qualidade no campo - (MPA, 2010) tem desenvolvido no país estratégias para consolidar a chamada Aliança Camponesa e Operária por Soberania Alimentar. O modelo das cestas é uma dessas estratégias e inspira-se na experiência que já acontece no Espírito Santo conduzida pelo movimento.

Desde 2015, o projeto de extensão junta-se ao movimento para contribuir com a atividade da Cesta Camponesa no Rio de Janeiro. Esta tem como prerrogativa ser uma estratégia político econômica de fortalecimento da relação campo-cidade, na consolidação da Soberania Alimentar. A atuação se dá sob a produção e circulação de alimentos saudáveis.

A experiência busca: 1) aprofundar o conhecimento sobre a forma camponesa de produção, fortalecendo a produção agroecológica; 2) construir

vínculos diretos entre os camponeses e os trabalhadores urbanos de forma que se retire o “intermediário”, o comerciante, do processo de circulação dos alimentos; 3) debater com trabalhadores urbanos e camponeses a lógica de produção capitalista; 4) fortalecer a organização camponesa na perspectiva da construção de um sistema associativo de produtores livres.

O projeto da cesta iniciou em 2015 e é concretizado em setembro do mesmo ano, tendo o campus da universidade como um "laboratório de distribuição". Neste primeiro momento foram comercializadas cestas com itens pré-selecionados em quatro modalidades diferentes de valores, a ser escolhida pelos trabalhadores urbanos. A divulgação era realizada no boca-a-boca e por e-mail, sobretudo entre os professores da unidade e já nas primeiras entregas observou-se aumento na demanda e interesse pela proposta. Do modelo de itens pré selecionados se transitou para a possibilidade de escolha dos alimentos a cada entrega. O MPA informava ao projeto quais produtos seriam disponibilizados, o grupo gerava uma lista de pedidos pela internet, os trabalhadores realizavam seus pedidos e o MPA coletava os produtos junto aos camponeses e levava a universidade. O projeto responsabilizava-se pela entrega.

Durante o ano de 2015, observou-se que a primeira distribuição de cestas contou com quinze (15) unidades; a segunda com trinta (30); a terceira com sessenta (60) (a partir da integração do campus de outra universidade do município de Niterói) e ao final do ano com as seis (6) entregas, atingiu-se cento e setenta e seis (176) cestas comercializadas. Na ocasião noventa e nove (99) famílias haviam se envolvido com o processo, e as cestas foram distribuídas em todas as regiões do Rio de Janeiro e também em Niterói. Na produção, o processo mobilizou vinte e cinco (25) famílias camponesas da região da Baixada Fluminense, especialmente Nova Iguaçu, e alguns produtos enviados por outros Estados brasileiros a partir da articulação do MPA-Nacional.

Em um processo contínuo de crescimento, integração de trabalhadores urbanos e avaliações e monitoramento constantes, em 2016 foi possível que as

entregas da cesta migressem do campus da universidade para os núcleos auto organizados pelos próprios trabalhadores, e passem a acontecer aos sábados. Durante o ano foram articulados sete núcleos de consumo, distribuídos pela zona sul, norte e centro: Botafogo, Catete/Laranjeiras, Copacabana, Estácio, Lapa/Bairro de Fátima, Tijuca e um na cidade de Niterói. Estima-se que neste ano tenham sido entregues sessenta e duas (62) toneladas de alimentos, totalizando trezentas e vinte e duas (322) cestas e envolvendo cento e trinta (130) pessoas nas compras e organização. É importante ressaltar que a conformação da maioria dos núcleos se dá pelo trabalho de militância, permitindo que alguns inclusive sejam grandes e estruturados a ponto de se desmembrarem para outros bairros.

Grande parte do trabalho durante o ano de 2016 foi investido no fortalecimento dos núcleos. Um trabalho político importante para que se consolide a consciência do significado político e econômico da produção de alimentos pelos camponeses e o papel do trabalhador urbano não só como consumidor estanque. Para Silva (2016), o trabalhador urbano precisa ser sujeito no sistema agroalimentar, se organizando enquanto consumidor em grupos informais, em cooperativas, pois os camponeses precisam organizar a produção e o transporte dos alimentos, mas a distribuição nas cidades deve ser tarefa dos trabalhadores urbanos organizados. A estruturação dos núcleos também foi muito importante para ampliar a relação direta entre trabalhadores urbanos e camponeses, sustentando a constituição de fato da aliança campo-cidade.

Essa relação entre produtores e consumidores para Ploeg (2016), está inserido em um processo de troca em múltiplos níveis, materiais e simbólicos. Um diferencial adicionado a determinado produto, processo produtivo, ou/e relação de troca, que podemos exemplificar no caso da cesta camponesa, como o alimento saudável, agroecológico, os grupos auto organizados para distribuição, exige consumidores capazes de compreender o significado dessa relação distintiva, assim como exige produtores diferenciados, conscientes da importância de determinados processos. Para Ploeg (2016, p.27) essa troca e

identificação, “*cria relações recíprocas de um dar e receber simbólico que vincula produtores e consumidores em uma rede social*”, fato que permite que em grupos consolidados o produtor e seus produtos tenham uma sólida reputação, “*fazendo da confiança a principal característica das relações entre consumidores e produtores*” (PLOEG, 2016, p.27). Há aqui alinhado o princípio da certificação direta ou participativa, que garante ao trabalhador urbano a qualidade dos alimentos que consome por meio de seu próprio conhecimento acerca das famílias e processos produtivos.

Uma das tarefas do projeto em 2016 foi desenvolver um site que pudesse dar visibilidade ao trabalho, melhorasse a interface de compra-venda e logística da circulação desses produtos, mas também que pudesse ancorar informações sobre as famílias camponesas, sobre a produção e sobre agroecologia e alimentação saudável. Esse site foi desenvolvido por integrantes dos próprios núcleos de distribuição e pode ser acessado em: www.cestacamponesa.com.br. Com uma nova versão desenvolvida em 2017, hoje o site permite que outras ferramentas sejam utilizadas para a assessoria do projeto de extensão, como relatórios, gráficos e dados para um acompanhamento mais qualificado do processo. O design e desenvolvimento de novas funcionalidades tem sido projetado para melhoria contínua da ferramenta.

Em 2017 foram distribuídas quatrocentas e sessenta e sete (467) cestas, movimentando R\$ 47.456,00; O MPA abre o Raízes do Brasil, que se propõe a ser um espaço físico específico para a comercialização e uma espécie de entreposto para suporte da cesta. O espaço e a disposição de militantes oriundos de outros estados contribuem para que a cesta se desenvolva de forma menos irregular, à medida que as dificuldades com recursos humanos, logística e transporte eram patentes. Hoje a cesta conta com núcleos (9) núcleos na cidade do Rio de Janeiro: Botafogo, Catete/Laranjeiras, Copacabana, Estácio, Grajaú, Lapa, Santa Teresa e Tijuca, e um (1) em Niterói, operando com entregas quinzenais de alimentos oriundos da baixada fluminense e de outros estados brasileiros. Possui cadastrados no sistema

quarenta e quatro (44) produtores, trezentos e trinta e dois (332) produtos e oitocentos e trinta e seis (836) cestantes⁴.

No que se refere aos produtos, a cesta oferece uma variedade de alimentos, como cereais, carnes, grãos, farinhas, molhos, folhas, frutas, bebidas, ervas, entre outros; além de produtos de limpeza e produtos para formação cultural e política do MPA e que debatem alimentação e agroecologia.

4. NOVA IGUAÇU E O ASSENTAMENTO SÃO BERNARDINO

Nova Iguaçu conforma-se hoje como um município da baixada fluminense do Rio de Janeiro, que conta com uma área de 523,888km² e possui uma população estimada de 798.647 pessoas segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo dados da prefeitura, o município de Iguassú foi criado em janeiro de 1833, com sua sede instalada às margens do Rio Iguassú, inspiração para o nome da cidade, que tem origem tupi-guarani e significa “grande água”. A região era de grande interesse comercial à medida que os rios adjacentes levavam a Baía de Guanabara e podiam ser utilizados para escoamento de produtos. Várias vilas em torno dos rios foram formadas. O município surgiu a partir da Vila de Iguassú, localidade que desde o século XVIII era utilizada como pouso de tropeiros que vinham do interior do estado (CRUZ, 2015).

Em 1858, com a inauguração da estrada de ferro Dom Pedro II, iniciou-se o crescimento do Arraial de Maxambomba, outra vila formada em torno do rio da região. Por conta disso, foi realizada a transferência da sede do

⁴ Termo construído coletivamente pelos envolvidos no processo, na intenção de explicitar o conteúdo político do sistema de cestas, que não se pretende ser somente um espaço para que os trabalhadores urbanos consumam ou comprem alimentos saudáveis. Explicitar as relações sociais contidas no alimento, permitindo pensar e agir sobre o que comem, de quem compram e a refletir sobre o processo de produção e circulação desses alimentos são preocupações imperativas do movimento e do projeto, que iniciaram esse trabalho.

município para um novo centro econômico. Em 1916, Maxambomba passa a se chamar Nova Iguassú. O município teve diversos tipos de cultivos, mas teve três grandes culturas, da cana, do café e da laranja. O cultivo de feijão, arroz, milho, mandioca e legumes também se deu, mas em escala menor (CRUZ, 2015).

Após a decadência dos cultivos mais preeminentes de cana de açúcar e café, no século XX, a principal atividade do município passa a ser o plantio de laranjas, que eram destinadas à exportação. Na época, Nova Iguaçu ficou conhecida como “Cidade Perfume” pelo odor originário das plantações quando floravam. Porém, durante a Segunda Guerra Mundial, houve interrupção nos transportes marítimos que levavam produtos a Europa, fazendo com que parte da produção apodrecesse nos pés e os agricultores sofressem grandes perdas. Mesmo após a guerra, os poucos produtores que resistiram com suas plantações, desistiram do cultivo, à medida que a necessidade do governo de atender o mercado interno proibia a exportação. A crise do laranjal fez com que as pessoas passassem a trabalhar em outras cidades, fenômeno que fará com que Nova Iguaçu seja considerada nos anos seguintes como “cidade dormitório”. Esse processo de decadência da economia culminou mais adiante na divisão do território (CRUZ, 2015).

Foi a partir da década de 40 que o processo de emancipação do município se concretizou. Nova Iguaçu perdeu Duque de Caxias (1943), Nilópolis e São João de Meriti (1947). Nos anos 90, foi a vez de Belford Roxo e Queimados (1990), Japeri (1991) e Mesquita (1999). Hoje, Nova Iguaçu é o maior município da Baixada Fluminense em extensão territorial e o segundo em população (CRUZ, 2015).

Apesar do potencial agrícola e de possuir a maior parte da Floresta Atlântica preservada do estado (BARBOSA, 2008) a região passa por um processo conhecido como metropolização (ALENTEJANO, 2005), caracterizado por um esvaziamento do meio rural, impulsionado pela industrialização e especulação imobiliárias. Assim como em outras localidades da baixada fluminense, o município apresenta uma série de conflitos de cunho

fundiário e ambiental que se expressam até hoje. Segundo Alentejano (2005, p. 56)

Os conflitos que ocorrem na Baixada tomaram vulto inesperado, em função da proximidade com a capital federal, redundando num profundo processo de disputa política em tomo do controle deste movimento de luta pela terra, marcado por ocupações de terra, choques armados entre posseiros e jagunços, manifestações dos trabalhadores na então capital estadual Niterói e, inclusive, desapropriações de terra. Com o Golpe de 1964 houve intensa perseguição dos trabalhadores, seguida da anulação das desapropriações e a devolução das áreas para proprietários e grileiros, sob o argumento da «vocação urbana» das áreas, consideradas frente natural de expansão do tecido urbano.

É nesse período de conflitos que alguns assentamentos serão formados na região, como o São Bernardino, em 1986, base do trabalho do MPA e do trabalho de assessoria do projeto de extensão ora citado. Nessas terras, compradas por Bernardino de Souza e Melo em 1862 será construída a Fazenda São Bernardino, local que abrigou a produção de aguardente, carvão, farinha de mandioca e outros produtos, se utilizando da mão de obra de povos escravizados de 1875 a 1976.⁵

A partir da década de 1940, iniciaram a oes em favor do tombamento da fazenda como patrim nio histórico do município, o que só aconteceu em 1951. Em meados de 1976 houve a primeira desapropriação da Fazenda para fins de preservação e criação de um parque. Em meados de 1980, ela sofreu um incêndio que acabou com o pouco que tinha restado após saques e abandono. Em 1986 foi ocupada por cerca de 160 famílias de trabalhadores rurais sem-terra constituindo o acampamento que após a segunda desapropriação se tornaria o Assentamento São Bernardino.

O movimento teve o apoio de alguns líderes religiosos da região, que ofereciam comida e outros produtos aos trabalhadores que foram retirados do terreno logo após a ocupação. Uma série de violências se deram até que em

⁵ Informa oes coletadas da monografia de Douglas Henrique Grange o Cruz do curso "Residência Agrária: Curso de Especialização em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável em Assentamentos" da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, intitulado "Metodologia de camponês a camponês (CaC): Constru o do trabalho de base do Movimento dos Pequenos Agricultores em São Bernardino", 2015.

setembro de 1987 foi assinado o decreto de desapropriação e o convênio com o BNDES para aplicação de recurso para beneficiar os agricultores.

Apesar de alguns incentivos e alterações de infraestrutura no território, em 1990, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) reclassifica o território como área urbana no Censo Demográfico, o que influencia diversas alterações nas políticas do município a partir do Plano Diretor de 1997. Somente em 2004 com a articulação de movimentos sociais do campo e da cidade e a entrada de um prefeito mais “sensível” a causa é que o plano diretor reconhece as áreas rurais do município, reconhecendo os agricultores e permitindo suas atividades de comercialização. Conforme Cruz (2015, p. 55)

Desde o início, o assentamento sofreu problemas quanto às suas características camponesas, isto por parte do próprio INCRA, como divulgado em nota do jornal Tribuna de Imprensa, de 24/03/1987, pág. 02. O superintendente da época, Agostinho Guerreiro, declarou que o INCRA estaria realizando convênio de cooperação com outras instâncias governamentais visando a montagem da infraestrutura para que as fazendas desapropriadas tomassem características de cidades. Isso se desdobrou, hoje, na venda e no fracionamento ilegal de lotes, fazendo com que, em torno de 2009, houvesse rumores de “desemancipação” do assentamento, por causa de irregularidades constatadas.

A falta de recursos e incentivos fez com que muitos assentados, por não terem condições de produzir vendessem ou loteassem suas áreas, descaracterizando o assentamento. Como está localizado próximo ao centro urbano torna-se área de especulação para o turismo também, que acaba tornando-se do mesmo modo uma forma de obtenção de renda das famílias. Hoje o assentamento tem poucas famílias exercendo atividades agrícolas exclusivamente. Uma parcela do assentamento é formada por jovens que por falta de incentivo acabam saindo das áreas e buscando outras atividades nas cidades. Estabelece-se assim “uma relação tensa e conflituosa entre as atividades agrícolas e não agrícolas próprias de territórios onde o urbano e o rural se cruzam constantemente” (CRUZ, 2015, p. 56).

Durante o trabalho exercido no território foram percebidas demandas de ordem técnica produtiva bastante importantes. A lógica hegemônica desenvolve técnicas e maquinário para as grandes propriedades que não

servem aos pequenos agricultores, e os órgãos de assistência técnica pouco comparecem para o auxílio a essas famílias. Durante o trabalho foram articuladas parcerias com outras universidades e membros de órgãos públicos para a assistência adequada, sobretudo no que se refere a produção de caráter agroecológico, entendida como possibilidade para que se mantenham as tradições e autonomia da agricultura camponesa.

Um questionário foi construído coletivamente pelo projeto de extensão e parceiros de outras instituições para uma caracterização mais qualificada acerca das cerca de vinte e cinco (25) famílias hoje residentes no assentamento. Mas é possível dizer, a partir das idas a campo, que existem demandas de ordem jurídica e produtiva (conforme citado) e as formas de sobrevivência no espaço tem mesclado-se entre atividades de arranjo agrícola na propriedade e trabalhos na cidade. Na maioria das famílias não é possível que todos os membros sobrevivam do trabalho no sítio, tendo na maioria das conformações pessoas que exercem atividades na cidade, seja constantemente ou intermitentemente. As formas de comercialização dos alimentos também são percebidas como diversificadas, entre feiras, cesta, venda para estabelecimentos menores e na própria propriedade. Informações mais detalhadas serão obtidas a partir das entrevistas programadas para o segundo semestre desse ano.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De todo o exposto nesse estudo, algumas considerações são importantes. O estilo de expansão agrícola brasileiro, o agronegócio, tem gerado custos sociais graves a toda a sociedade. Longe de ser uma problemática setorial, a questão agrária, sobretudo no Brasil, pelas características de nossa conformação social, econômica e política, é uma problemática complexa e que atinge a todos. Está presente na estrutura fundiária e na histórica concentração de terras no nosso país, mas também na questão alimentar, na saúde pública e na forma como as decisões são tomadas por nossos políticos latifundiários. Como expressa Delgado (2012, p. 63)

O que está em xeque do ponto de vista da saúde pública, como de diversos ângulos de tratamento das relações sociais afetados pelo processo de acumulação de capital no campo – relações de trabalho, meio ambiente, segurança alimentar, aquecimento global etc. –, é o próprio pacto de economia política das grandes proprietários, cadeias agroindustriais e o Estado, promovendo um estilo de expansão primária, insustentável socialmente em futuro próximo.

A parte boa dessa história toda é que as resistências que fazem como que fissuras nesse sistema nunca estiveram ausentes e continuarão a se desenvolver, mesmo com toda a violência que esse processo envolve. Movimentos como a agroecologia, que estabelecem alternativas articuladas entre saberes tradicionais e científicos são concretas possibilidades à produção e consumo de alimentos saudáveis, e fortalecimento da agricultura camponesa, que ao contrário do agronegócio preserva sementes, solos e águas.

A experiência da cesta camponesa, ainda que exista atualmente como piloto, permite concluir que existe no Rio de Janeiro o debate sobre a alimentação saudável e a produção agroecológica possui permeabilidade. A busca por uma alimentação saudável é latente, mas muitos também se aproximam porque entendem a necessidade de organização produtiva dos camponeses e o seu papel no processo de fortalecimento do campesinato. Trata-se de uma pequena experiência se comparada a complexidade com que o capital se organiza na direção contrária, mas são atividades que tem se multiplicado em diversos estados e países e tem potencial, junto com outras iniciativas, para consolidar uma consciência coletiva mais crítica e propositiva a respeito do destrutivo sistema agroalimentar capitalista.

Um estudo mais aprofundado acerca do impacto que as iniciativas tem produzido na vida das famílias assentadas e no MPA ainda estão em andamento, mas entendemos que já há avanços avaliados durante o processo de assessoria. Além de proporcionar o acesso da comunidade acadêmica e de trabalhadores urbanos à alimentos de qualidade, está sendo ampliado o debate público acerca das relações de consumo e trabalho, da questão agrária e das contribuições dos movimentos sociais para o fortalecimento da agroecologia e do campesinato. A universidade, por meio da assessoria, tem cumprido sua função social ao desenvolver pesquisas e tecnologias que possam contribuir

para o avanço da agroecologia e permanência dos camponeses no campo, além da formação de profissionais críticos e capacitados para a intervenção na realidade. Como profere Ploeg (2008, p. 30) ao questionamento sobre a capacidade dos camponeses de alimentarem o mundo,

Se os camponeses tiverem suficiente espaço sociopolítico e econômico, eles podem promover níveis de produtividade e de produção às vezes impressionantes (como no caso da história agrária holandesa entre 1850 e 1950). Contudo, se esse *espaço* é cada vez mais limitado (ou em vias de ser expropriado), então podem ocorrer drásticos retrocessos. Isso significa que aqueles que tentam promover o campesinato devem contribuir o quanto possível para a ampliação da autonomia, assim como apoiar as ações voltadas para o fortalecimento da produção e da sustentabilidade.

6. REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, P.R. A evolução do espaço agrário Fluminense. **Geografia**, ano 7, n13, 2005.

BARBOSA, Geisy Leopoldo. **O Ambientalismo em Nova Iguaçu**: políticas públicas e movimentossociais. 2008.

CIDADES IBGE. **Nova Iguaçu**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/nova-iguacu/panorama>. Acesso em: 7 jul. 2018.

DELGADO, Guilherme Costa. **Questão Agrária e Saúde**. Rio de Janeiro: CEBES, 2012b.

DOS SANTOS, Sashia Cristina; SOUZA, Melina Meiado; TAVARES, Patrícia Dias. Entre o asfalto e a mata: agroecologia, luta e resistência no município de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro. **Cadernos de Agroecologia**, [S.l.], v. 12, n. 1, July 2017. ISSN 2236-7934. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/22362>>. Acesso em: 08 jul. 2018

GUZZATTI, T. C.; SAMPAIO, C. A. C.; TURNES, V. A. Novas relações entre agricultores familiares e consumidores: perspectivas recentes no Brasil e na França. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 16, n.3, p. 363-375, 2014.

MPA Brasil. **Plano Camponês**. Disponível em: <https://mpabrasiles.wordpress.com/plano-campones/>. Acesso em: 30 abr. 2018.

_____. **Plano Camponês e a relação Campo Cidade é tema de artigo**, 2016. <http://mpabrasil.org.br/2106-2/>. Acesso em: 30 abr. 2018.

_____. **Soberania Alimentar deve ser debatida pelo conjunto da sociedade.** Disponível em: <http://mpabrasil.org.br/soberania-alimentar-deve-ser-debatida-pelo-conjunto-da-sociedade/>. Acesso em: 20 jun. 2018.

CRUZ, Douglas Henrique Grangeão. Metodologia de Camponês a Camponês (Cac) na construção do trabalho de base do MPA São Bernardino, 2015.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. Mercados aninhados recém criados: uma introdução teórica. In: MARQUES, Flávia Charão, CONTERATO, Marcelo Antônio, SCHNEIDER, Sergio (orgs.) **Construção de Mercados e Agricultura Familiar, desafios para o desenvolvimento rural.** Porto Alegre: UFRGS, 2016.

_____. **Sete teses sobre a agricultura camponesa.** 2008. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/artigo-e-ensaio/sete-teses-sobre-agricultura-camponesa>. Acesso em 30/05/2018.

PREFEITURA DE NOVA IGUAÇÚ. A cidade. Disponível em: <http://www.novaiguacu.rj.gov.br/cidade/>. Acesso em 07/07/2018.

PREISS, Potira Viegas; MARQUES, Flávia Charão. Tendências no movimento de re-localização alimentar brasileiro: uma análise de Iniciativas Colaborativas de Compras. **Tessituras**, Pelotas, v. 3, n. 2, p. 269-300, jul./dez. 2015.

SILVA, Valter Israel da. Plano Camponês e a relação campo e cidade. In MPA, 2016. Disponível em: <http://mpabrasil.org.br/2106-2/>. Acesso em 30/04/2018.

SCHNEIDER, Sergio. Mercados e Agricultura Familiar. In: MARQUES, Flávia Charão, CONTERATO, Marcelo Antônio, SCHNEIDER, Sergio (orgs.). **Construção de Mercados e Agricultura Familiar, desafios para o desenvolvimento rural.** Porto Alegre: UFRGS, 2016.